

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



CONTEXTUALIZANDO O GOLPE DE 2016 E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Francisca Valdeniza Lopes de Souza¹

RESUMO: O presente artigo resultou de um estudo bibliográfico com o objetivo de contextualizar as circunstâncias do golpe de 2016 ocorrido no Brasil, movido também por interesse internacional, sob influência de interesses econômicos, da burguesia, do judiciário, do legislativo, dos meios de comunicação, considerando a crise mundial de 2008, o poder do capital financeiro, as contradições do governo de coalizão perpetuado pelo governo de Dilma Rousseff desde o governo Lula, com destaque para a insatisfação da direita política quanto a direção do País pelo partido dos trabalhadores. O discurso é de ineficiência do aparelho do Estado e de denúncias de corrupção por parte do governo petista. Portanto, este trabalho busca oferecer elementos para a reflexão da atual conjuntura do País. Analisa-se desmonte das políticas sociais a partir dos rebatimentos do ajuste neoliberal com influência considerável para o golpe de 2016, seguido do pedido de impeachment de Dilma. A tendência óbvia após a deposição da presidente do Brasil é de corte nos gastos públicos e de fortalecimento da hegemonia burguesa. O desafio para as camadas populares é de resistência e luta.

Palavras-chave: Golpe de 2016. Políticas sociais. Ascensão do conservadorismo.

I – INTRODUÇÃO

Golpe de 2016. A notícia é fato consumado. O impeachment apenas um disfarce constitucional, mascarado pelos ditames da democracia para fazer jus aos interesses da burguesia, quebrando um ciclo de governos da esquerda desde a eleição de Lula em 2003.

O poder legislativo, apoiado pelos EUA, por grandes empresários, Supremo Tribunal Federal e meios de comunicação de massa, fazem a notícia do golpe branco parecer a melhor saída para defender uma minoria que detém a maior concentração de renda do País, acusando o governo do PT de corrupção e de cometer atos que ferem a constituição. A crise de 2008 e a corrupção no PT serviram de espelho para a retirada da presidente Dilma.

¹ Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: valdenizalopesas@yahoo.com.br.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O impeachment na realidade foi um acontecimento contraditório à vontade do povo expressa nas urnas, nas eleições de 2014, um retrocesso ao regime democrático, um acontecimento sem uma justificativa real. Democracia para quem?

O 17 de abril de 2016 parecia mais um palco armado pelos representantes do povo brasileiro. A votação para o impeachment? Uma vergonha do ponto de vista moral. Uma defesa de interesses pessoais. Com transmissão ao vivo em rede nacional, se tornaria cômico se não fosse trágico. Demagogia pura.

Nesse contexto, a derrota do PT vem seguida de uma série de acontecimentos e retrocessos no campo dos direitos sociais e, em especial às políticas sociais, com cortes de recursos e a adoção de uma política de governo desastrosa, num rebaixamento aos ganhos conquistados pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, a conjuntura é mesmo de desmonte das políticas sociais pelo poder hegemônico das elites, de maneira ditatorial, anti-democrática, desrespeitosa, com congelamentos de gastos sociais por um período de 20 anos. Uma forma facista de governar, onde a democracia é o disfarce. Um completo desastre nos campos político, econômico e social.

Dessa forma, os cortes nos gastos públicos terão um impacto, a curto prazo, diretamente na reprodução social da classe trabalhadora, inviabilizando uma rede de serviços disponibilizados à população através das políticas sociais.

Com isso, a relevância desse estudo é justificada pelo momento político atual vivenciado no Brasil, como um marco fatídico na história, refletindo nos direitos sociais dos trabalhadores e no desmonte das políticas sociais, numa instância de correlação de forças entre Estado e Sociedade Civil.

Portanto, a importância desse trabalho se dá na compreensão do golpe de 2016, do funcionamento da máquina estatal, contextualizado numa ótica que identifica a diferença e a exploração de uma classe por outra. Além disso, apresenta o cenário de crise política no País, com o envolvimento de forças externas ao Estado e um considerável apoio dos meios de comunicação no ataque ideológico-institucional, a presidente Dilma Rouseff e ao partido representante dos trabalhadores, acarretando profundas transformações de cunho político, econômico, social.



II - Contextualizando o golpe de 2016

Golpe de Estado. É o que afirma a esquerda brasileira em relação ao evento que tratou da deposição da Presidente Dilma. Certamente esse acontecimento exige uma análise mais apurada da conjuntura do País a certificar tal situação.

Quem são os figurantes desse palco armado? Obviamente a maioria parlamentar conservadora à defesa do capital, médios e grandes empresários, a burguesia, os meios de comunicação, a polícia federal, o supremo tribunal federal, órgãos internacionais e tantos outros atores sociais cujos interesses estariam sendo incomodados com a posição do partido dos trabalhadores na direção do maior cargo do País, a Presidência da República.

Para que possamos conhecer a natureza essencial do *golpe de Estado* ocorrido no Brasil em 2016 temos que levar em consideração não apenas a processualidade imediata da conjuntura política nacional, com os bastidores do jogo de poder entre PT, PMDB e PSDB e as articulações sinistras entre Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal e Polícia Federal no seio do aparelho de Estado, ao lado da Operação Lava-Jato e a intensa manipulação da opinião pública pela grande imprensa, com destaque para a TV Globo. (ALVES, 2016, p.01).

É importante considerar a liderança política do PMDB no governo, sua presidência no senado e na câmara dos deputados, ao passo que o País caminhava para o golpe de 2016. Aquele partido, num golpe branco, magistral, como um felino faminto, cercava sua presa, utilizando-se de artífices, dando continuidade a tradição de golpes de Estado, que outrora acontecera no Brasil e que não é diferente em alguns países da América Latina, importante personagem desse cenário nacional.

É importante considerar nesse contexto, o presidencialismo de coalizão adotado pelo partido dos trabalhadores desde o governo Lula. Segundo Amaral (2016), o presidencialismo de coalizão submete-se a coligação de partidos políticos, sendo alianças formadas entre o executivo e o legislativo para manter a governabilidade, na qual, a maioria parlamentar adere ao governo vigente, apoiando as ideias do executivo, funciona como uma base de apoio para que a agenda do governo possa seguir.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Não obstante, essa maneira de governar gera acordos do executivo com o legislativo com ressalvas de privilégios que inclusive se estendem aos cargos ocupados nas mais altas posições do governo. É uma tática que exige estratégia de negociação e de concessões, da qual a presidente Dilma não conseguiu superar, gerando uma crise política. “Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor.” (MARX, 2006, p. 171).

Além disso, a esquerda brasileira adotava um regime de conciliação entre as classes, não deixando a classe dominante de acessar seus privilégios, mantendo o padrão de domínio sob a maioria popular através dos meios de comunicação, como sempre acontece. “A conjuntura desagradável, todavia, não deve ser vista como fato novo na cena política brasileira.” (AMARAL, 2016, p.21).

No plano estritamente institucional, registra-se o avanço metodológico da doutrina dos golpes de Estado. Corriqueiramente, na América Latina e no Brasil de forma particular e intensa, sempre que contrariada por governos populares [...]. (AMARAL, 2016, p.20).

O início do jogo? Supõe-se anterior ao dia do juízo final para a presidente Dilma e para o partido dos trabalhadores. A situação já vinha sendo arquitetada, tendo tido ênfase com a crise mundial de 2008.

Esse cenário faz parte de um projeto global que cerceia os Estados nacionais, dando margem a crises estruturais que circundam o sistema neoliberal de forma a manter “intacto” os interesses da ordem burguesia, e, porquanto, do capital financeiro.

Outrossim, a crise de 2008, cíclica e mundial do capital, move na economia capitalista a instabilidade esperada, na economia, política e demais setores da sociedade, promovendo o avanço do sistema neoliberal.

Depois do *crack* financeiro nos EUA em 2008/2009, o capitalismo neoliberal entrou numa profunda crise que persistiu e persiste no decorrer da década de 2010. A recessão nas economias da União Europeia e do Japão, além do baixo crescimento do PIB norte-americano, demonstraram a inversão da conjuntura da economia global. Logo os países capitalistas emergentes seriam atingidos pela profunda desaceleração da economia mundial. (ALVES, 2016, p. 15).

Conforme Alves (2016), na década de 2010, a classe dominante, associada a crise da economia latino americana e ao poder dos EUA, impulsionados pela onda neoliberal, seguem a tradição de golpes de estado cuja política não favorecesse aos próprios EUA.



A experiência do “golpe branco” ocorrido no Paraguai em 2012 serviu de laboratórios políticos para se derrubar governos mantendo-se a aparência de legalidade democrática. Essa estratégia de subversão hegemônica (o “golpe branco”) seria utilizado no Brasil em 2016. (ALVES, 2016, p. 16).

A direita espera vencer as urnas em 2014. Não sendo possível com a aprovação do povo para o partido dos trabalhadores (PT) em mais de 50% dos votos, o golpe branco como próxima estratégia para a derrubada do governo democrático e popular, era articulado pelos atores sociais citados anteriormente.

O cenário da crise econômica parecia perfeito para desestabilizar o governo do PT. E foi. Corroborando para o desgaste do governo Dilma, os anúncios de corrupção no governo e do PT, fragilizaram o cenário político, que utilizou-se da crise econômica, trazendo inquietação às camadas da classe média a partir das jornadas de junho de 2013.

Antes das eleições, as jornadas de julho de 2013 foram manipuladas midiaticamente pela pauta da Direita, dando um componente massivo à desestabilização do governo Dilma, predominantemente das camadas médias organizadas em movimentos sociais de direita financiados pelo partido da oposição com ampla cobertura da mídia hegemônica. (ALVES, 2016, p. 16).

As estratégias de articulação da direita para a deposição da presidente Dilma fazem lembrar o 18 Brumário de Luís Bonaparte, quando Marx faz a análise de contexto da Revolução de 1848 que culmina no golpe de estado por Luís Napoleão, categórico e imperioso. Aliás, a Luís Napoleão se deve a estrutura burocrática do Estado. Afirma Marx (2006): “[...] a república parlamentar era o instrumento da classe dominante”.

Tal como no 18 Brumário, o golpe de 2016 já vinha sendo anunciado desde 2014, sendo o pedido de impeachment apenas mais uma estratégia no tabuleiro de xadrez, onde os jogares assumem posições com jogos de interesses, sejam deputados, senadores, donos dos meios de produção, a mídia, e outros mais.

Impedida de continuar à presidência da república, a presidente Dilma é arrancada do cargo do qual a maioria popular a elegeu, assumindo o vice-presidente Temer, sem o respeito das camadas populares, do líderes sindicais e dos movimentos sociais, onde “fora Temer” tornou-se grito de guerra dos encontros massivos.

III - O desmonte das políticas sociais a partir do golpe de 2016

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



No contexto do expansionismo do capital financeiro mundial, o padrão de acumulação de riqueza por parte de uma classe dominante não faz reservas ao crescimento das desigualdades sociais, a formas diferenciadas das expressões da questão social, ao aumento da miséria, desemprego estrutural, dentre outros fatores de tamanha importância ao debate acadêmico, político e social. Esse não é um acontecimento novo.

Na concepção de Carvalho (2010): “nesse cenário contemporâneo da civilização do capital, as desigualdades sociais acirram-se, com encarnações perversas na vida social.” Para a autora, a lógica destrutiva do capital é agravada com o processo de mundialização do sistema neoliberal.

Nessa dinâmica, cabe ressaltar o papel do Estado como regulador social, e com histórico de intervencionismo econômico, mediador entre as classes, àquela que vive do trabalho e a que explora o trabalhador, esta a que domina o capital.

No século XX, a partir da crise econômica de 1929, e seguindo as ideias de Keynes, que defendeu uma maior intervenção do Estado na regulação das relações econômicas e sociais, ampliam-se as políticas sociais e tem início assim a experiência histórica de um Estado intervencionista que vai efetivar um pacto entre interesses do capital e dos trabalhadores: o chamado consenso pós- guerra. (YASBEK, 2010, p. 04).

Com isso, nos dias atuais, o capitalismo assume novas formas de domínio e tendências que vão influenciar diretamente nas configurações do Estado, propiciando configurações de expressão de luta e resistência. “Faz-se necessário e, mesmo imprescindível, desvendar o atual contexto de crise, as mudanças em curso e as tendências emergentes”. (CARVALHO, 2010 ,p. 171).

Nessa direção, o debate atual no Brasil, principalmente pós-golpe de 2016, é de desmonte das políticas sociais, não desconsiderando análises anteriores acerca desta temática, inclusive a crise mundial de 2008. “Assim, a crise global de 2008, que atinge a civilização do capital, é uma das suas manifestações concretas, a acirrar processos de exclusão dos trabalhadores do mundo do trabalho[...]”. (CARVALHO, 2010 ,p. 178).

Na realidade a crise de 2008 é mais uma das crises cíclicas do capital, e com ela vêm todo um processo de desregulamentação governamental e de desconstrução de direitos.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Obviamente as políticas sociais também sofrem esses desajustes. Para Carvalho (2010), o momento atual do sistema do capital é de uma destruição sem limites dos direitos sociais.

Não obstante, na dinâmica contraditória do capital, o governo do PT faz concessões à classe trabalhadora com programas de governo que propiciam a ascensão de classe e o acesso a determinado padrão de vida, retirando milhões de brasileiros da linha da pobreza.

Dessa forma, com o advento do Lulismo, mesmo que se mantivesse alianças com o padrão conservador, o modelo neodesenvolvimentista² adotado, ainda permite avanços na área das políticas sociais, que tem certa continuidade com o governo da presidente Dilma.

No entanto, é importante destacar que:

A fratura da frente política do neodesenvolvimentismo, iniciada em 2013, deu origem a uma nova composição política no Congresso Nacional que inviabilizou o governo eleito em 2014, reaglutinando o bloco de poder burguês, fraturado pelo lulismo desde 2002 (PMDB-PSDB). (ALVES, 2016, p. 18)

Nessa ótica, afirma Alves (2016), que embora o governo do PT fosse de coalizão, havia um diferencial que se apresentava no combate às desigualdades sociais, exigindo mais do Estado no financiamento de programas de combate à pobreza e uma ampliação de políticas sociais com caráter redistributivo.

Com o golpe de 2016 anunciado sob a forma do impeachment da presidente Dilma e concretizado em 31 de agosto de 2016, a retomada do poder hegemônico da burguesia na figura do então vice-presidente Temer, torna-se uma trágica realidade, não obstante a outros eventos com estilo mais ou menos parecido na história do Brasil, na América Latina e, inclusive na França, como retrata Marx (2006): “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”

Nessa direção, para Carvalho (2010), a crise de 2008 anuncia o estado da regressão², favorável à ordem do capital e a sua reprodução.

² Ao colocar-se o foco de análise nos circuitos da “*História se fazendo*”, constata-se que o “*Estado que regressa no presente*” é um Estado reconfigurado, com efetivas mudanças na relação entre o econômico e o político, entre o público e o privado, entre o Estado e a sociedade civil, encarnando transformações institucionais na interpretação de escalas locais, nacionais e transnacionais e em conexões contemporâneas de tempo/espaço. (CARVALHO, 2010, p. 189).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Com isso, o delineamento das políticas sociais volta-se para a reprodução do sistema capitalista em curso, favorecendo seu padrão de acumulação. Ao mesmo tempo apresenta-se nesta analítica, um desmonte dos direitos sociais, que concomitante ao governo do PT, vão sendo retirados de cena. E a perspectiva universal da políticas sociais? O discurso atual da esquerda é de pelo menos manter o que já existe. É essa a herança que vem marcando a história do Brasil contemporâneo.

IV – Considerações finais

Desafios contemporâneos mancam o curso da história do Brasil com sinais preocupantes da retomada conservadora na direção do País. O golpe de 2016 é fato consumado, não tem jeito, já aconteceu. Aliás o palco já vinha sendo armado desde a inconformação das eleições de 2014, quando a esquerda, representante da classe popular, vencia novamente às urnas.

Nessa direção, o golpe de 2016 representa um divisor de águas. O estado democrático de direitos passa a ser um Estado de corte de direitos. Um golpe na democracia, uma crise de interesses políticos e econômicos ressurgem na disputa pelos cofres públicos, o grande financiador do capital.

De modo geral, as lutas sociais demarcadas na constituição cidadã de 1988, são atropeladas pelos interesses de classe sedenta de pelo poder e o usurpa da esquerda. Com isso, a derrota do PT também significa a derrota popular, uma vez que a destituição dos direitos sociais pelo corte nos gastos públicos e, conseqüentemente redução das políticas sociais, representam o retorno ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza extrema, considerando que o processo de acumulação do capital são produtores da mazela social. É essa uma questão muito complexa e óbvia ao mesmo tempo: abaixo o PT faz parte da legitimação da classe dominante.

Há atores em todo esse processo, conforme fora colocado no início desse texto. O limite para as políticas sociais é do tamanho dos interesses burgueses. Difícil de medir, mas não de prever: destituídas, e com elas os direitos sociais de milhões de brasileiros. E assim vai sendo consolidada a proposta hegemônica do capital.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Está às claras a luta de classes. A questão agora é retomar as lutas sociais e fazer jus ao Estado democrático de direitos. É preciso resistir para garantir os direitos já conquistados e avançar na luta e resistência social para conquistar garantias que ainda não concedidas. O grito uníssono, “Fora Temer” não pode deixar de soar. Não se pode deixar que o governo golpista permaneça a desmontar as políticas sociais e assim avançar no crescimento da pobreza, miséria e desigualdades sociais.

Por fim, o que denota o cenário atual no Brasil, é uma retomada ao padrão liberal, com demasiado discurso de ineficiência do Estado, de drástica redução das despesas públicas, de legitimação do Estado não intervencionista em detrimento do crescimento econômico e do processo de acumulação do capital pela classe dominante.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovane. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.** Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br>>. Acesso em 07/07/2018.
- AMARAL, Roberto. **A serpente sem casca: da ‘crise’ à Frente Brasil Popular.** 2. ed., rev. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: Um olhar Crítico sobre a América Latina no Século XXI.** Poder e Políticas Públicas na América Latina. Fernando José Pires Sousa (Org). Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 171 a 200.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2006.
- YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelos, Dilemas e Desafios.** Seminário Internacional do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Brasília - DF - 8 a 10 de novembro de 2010.